



O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
e o Centro Internacional de Cultura
convidam V. Exa. / V.Sa. e digníssima família para o
64º Encontro dos Descobridores
A Língua Portuguesa no Mundo Globalizado

5 de outubro de 2016, quarta-feira, às 9:30 horas
Rua Benjamin Constant, 158 - Centro
RSVP: adm@ihgsp.org.br

9:30 - Credenciamento

10:00 horas - Abertura

Profa. Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias

10:30 horas - Importância nacional brasileira e internacional da língua portuguesa
Profa. Dra. Maria Cecília Nacério Homem

11:30 horas - Camões, expoente máximo e consolidador da língua portuguesa
Prof. Armando Alexandre dos Santos

12:15 horas - Pausa para almoço

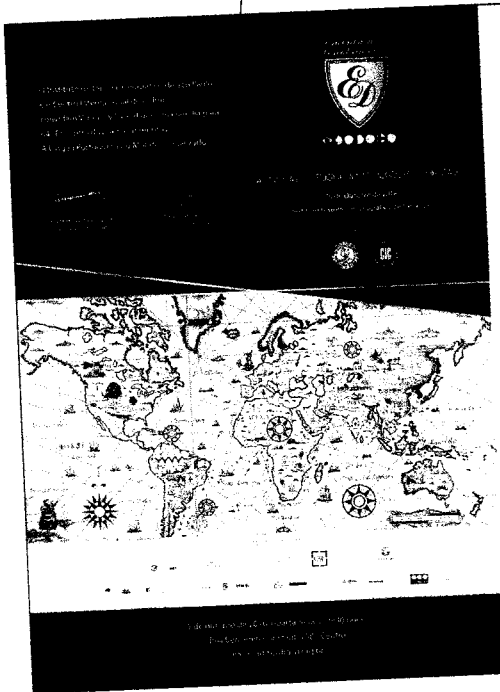
14:00 horas - Fernando Pessoa e seus heterônimos
Dr. Nelson Faria de Oliveira

14:30 horas - O Tupi na formação do português do Brasil
Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro

15:00 horas - O português arcaico através de mapas e
outros documentos cartográficos quinhentistas
Prof. Dr. Jorge Cintra

15:30 horas - A historicidade da língua portuguesa: cultura e
língua na formação do Brasil
Prof. Dr. Alberto Schneider

16:00 horas - Debates



9:30 - Credenciamento

10:00 horas - Abertura

Profa. Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias

10:30 horas - Importância nacional brasileira e internacional da Língua Portuguesa
Profa. Dra. Maria Cecília Nacério Homem

11:30 horas - Camões, expoente máximo e consolidador da Língua Portuguesa
Prof. Armando Alexandre dos Santos

11:30 horas - Debates

12:00 horas - Pausa para Almoço

14:00 horas - Fernando Pessoa e seus Heterônimos
Dr. Nelson Faria de Oliveira

14:30 horas - O Tupi na formação do Português do Brasil
Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro

15:00 horas - O português arcaico através de mapas e
outros documentos cartográficos quinhentistas
Prof. Dr. Jorge Cintra

15:30 horas - A historicidade da língua portuguesa:
cultura e língua na formação do Brasil
Prof. Dr. Alberto Schneider

16:00 horas - Debates

16:30 horas - Encerramento

www.encontrodescobridores.com



64º. ENCONTRO DOS DESCOBRIMENTOS

A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO GLOBALIZADO

(5-10-2016)

Em iniciativa conjunta com o Centro Internacional de Cultura, de Lisboa, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no seu auditório, na manhã e na tarde do dia 5 de outubro de 2016, o **64º Encontro dos Descobrimentos – A Língua Portuguesa no Mundo Globalizado**.

O ato consistiu numa série de palestras. Além da Presidente do Instituto, Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias, e do Presidente do Centro Internacional de Cultura, Dr. Nelson Faria de Oliveira, também participaram do ato, como oradores, a Profa. Dra. Maria Cecília Naclério Homem, os Profs. Drs. Jorge Pimentel Cintra, Alberto Luiz Schneider e Eduardo de Almeida Navarro, e o Prof. Armando Alexandre dos Santos.

A seguir, publicamos o texto reconstituído das palestras proferidas na ocasião que chegaram à editoria desta Revista a tempo de serem incluídas no presente número. As duas palestras que não chegaram a tempo – dos Drs. Jorge Pimentel Cintra e Eduardo de Almeida Navarro – serão publicadas em próximos números desta Revista. O conteúdo da palestra da Dra. Maria Cecília Naclério Homem já foi integralmente publicado no volume XCIX, ano 2015, da nossa Revista, sob o título *Importância nacional brasileira e internacional da Língua Portuguesa* (p. 7-99).



MENSAGEM DE ABERTURA

NELLY MARTINS FERREIRA CANDEIAS
(*Presidente do IHGSP*)

Na abertura oficial das atividades de hoje, a denominação de **A Língua Portuguesa no Mundo Globalizado** representa o Sexagésimo Quarto Encontro dos Descobrimentos, realizado pelo Centro Internacional de Cultura.

É um privilégio, digno do mais justificado orgulho, receber no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo o Dr. Nelson Faria de Oliveira, presidente dessa importante entidade portuguesa, e sua esposa Sra. Gabriela Faria de Oliveira.

Esta solenidade reflete a gratidão e o amor que sentimos pelo Brasil e por Portugal, onde desde o século XVI a língua portuguesa contribui para a preservação da memória histórica das nossas duas nações.

Quero dar as boas vindas a todos que aqui se encontram, muitos dos quais têm acompanhado de perto nossos esforços para que este Instituto se aproxime das políticas culturais das sociedades modernas.

Desejo, neste momento, agradecer a valiosa contribuição dos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Professores Maria Cecília Nacério Homem, Armando Alexandre dos Santos, Eduardo de Almeida Navarro, Jorge Cintra e Alberto Schneider.

Reportando-me ao título do evento, **A Língua Portuguesa no Mundo Globalizado**, optei pelo tema relacionado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Agostinho da Silva foi um dos inspiradores da criação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Propôs a criação de um Conselho Internacional de Língua Portuguesa, seguido da criação de Conselhos Internacionais de Economia, de Educação, de Organização Política, de Filosofia, que pudessem revelar elementos comuns da cultura dos povos lusófonos. É preciso, dizia ele, buscar a unidade de pensamento e de ação capazes de contribuir para a construção de um mundo mais humano: é a tarefa dos povos lusófonos.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é formada por nove Estados soberanos cuja língua oficial, ou uma delas, é a língua portuguesa.

Eles estão espalhados por todos os cinco continentes habitados da Terra, uma vez que há um na América, um na Europa, seis na África e um transcontinental, entre a Ásia e a Oceania.

São eles: a República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné Equatorial, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste.

Em resumo, pode-se dizer que, na perspectiva de Agostinho da Silva, é preciso que os países lusófonos comecem a estabelecer relações entre si, por meio de intercâmbios culturais, econômicos e políticos. Depois, é preciso que ampliem esse diálogo, estabelecendo relações com os outros povos ibéricos e com os povos da América Latina; por fim, que estabeleçam relações com os povos que falam as outras línguas do mundo.

Assim se cumpra o ideal que Agostinho preconizou: “... talvez o ideal da humanidade, um ideal muito importante, hoje na história, é passarmos do previsível ao imprevisível”.

Será, talvez, termos um vazio disponível ao amor, à surpresa, ao tal imprevisível. Passamos a vida a programar a vida, a fazer planos, a depositar sonhos num tempo não válido, que não existe: o futuro.

Agostinho é o exemplo de liberdade de escolha de alguém que assume as suas contradições, que aponta para o impossível, e que, como ele próprio dizia, “gostaria de beber da fonte de que brotariam juntas a lógica e a fantasia”.

O verso do poeta Hölderlin, que Agostinho conhecia muito bem, pode resumir o grande projeto da lusofonia que ele propôs: “*nós, homens, somos um diálogo*”.



CAMÕES, EXPOENTE MÁXIMO E CONSOLIDADOR DA LÍNGUA PORTUGUESA

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS
(sócio emérito do IHGSP)

Queria, inicialmente, agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ao Centro Internacional de Cultura a honra do convite para aqui participar deste 64º. Encontro dos Descobrimentos.

Depois de termos ouvido as palavras da nossa Presidente, Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias, em sua curta, mas substanciosa mensagem de abertura, e a exposição pormenorizada com que nos brindou a Dra. Maria Cecília Naclério Homem, sobre a evolução histórica e a importância do nosso idioma, cabe-me falar sobre Luís Vaz de Camões, destacando seu papel na afirmação da língua portuguesa – língua que um poeta brasileiro, Olavo Bilac, num soneto célebre, designou como “*última flor do Lácio, inculta e bela*”.

A dificuldade em que me vejo, no caso, é resumir, nos limites muito estreitos de tempo disponível, o que poderia ser matéria de um curso inteiro. De fato, Camões e sua obra principal, *Os Lusíadas*, constituem tema riquíssimo, cheio de aspectos interessantes que poderiam ser expostos, aprofundados e desdobrados *ad infinitum*...

Vamos, pois, nos limitar a uma introdução ao tema, que permita aos que têm a paciência de me ouvir uma visão de conjunto da matéria.

Em primeiro lugar, quem foi Camões?

Luís Vaz de Camões nasceu em data incerta, por volta de 1524, e faleceu, com toda a certeza, no dia 10 de junho de 1580. Viveu, portanto, cerca de 56 anos.

A documentação escrita e oficial que temos a seu respeito é muito parca. Resumem-se, segundo registra José Hermano Saraiva, a apenas sete os documentos escritos oficiais, autênticos e indiscutidos sobre sua vida. Seria, portanto, impossível conhecermos sua vida se fôssemos aplicar os rígidos esquemas da escola metódica ou positiva, ao gosto do século XIX...

Mas temos, a seu respeito, além das obras do próprio Camões, também um grande número de informações que nos chegaram por via de seus numerosos biógrafos, os primeiros dos quais do início do século XVII. Esses biógrafos se basearam em deduções lógicas, a partir de sua obra, e também nas tradições

orais, muito abundantes no caso de uma vida rica e de grande significado como a de Camões, que rapidamente passou para o âmbito do folclore luso. Essas tradições, embora possam ter sido um tanto romantizadas, permitem que conheçamos e analisemos o Camões da legenda, que não se identifica necessariamente e em tudo com o Camões real, mas, afinal de contas, se foi o Camões real que escreveu e deixou uma obra literária conhecida e apreciada, foi o Camões da legenda que, independente do Camões real, teve importância na História.

Camões nasceu muito provavelmente em Lisboa, por volta de 1524, filho de Simão Vaz de Camões, fidalgo de remota origem galega, e Dona Ana de Sá e Macedo, de uma família também fidalga da região de Santarém. Sua família era tipicamente de pequena nobreza. Tinha, portanto *status* social que lhe permitia frequentar a Corte do rei D. João III e, mais tarde, a de seu neto D. Sebastião. Ele foi designado, num documento do Rei D. Sebastião, como “*cavaleiro fidalgo de minha Casa*”, mas não era rico. A pobreza o acompanhou ao longo de toda a sua vida.

Onde teria recebido sua formação intelectual? Na Universidade de Coimbra, como se afirma, ainda hoje, nas tradições orais dessa universidade, embora sem registros escritos? Em algum mosteiro ou escola eclesiástica, eventualmente sob a orientação de um tio, que era religioso em Coimbra? Autodidaticamente? Não se sabe ao certo.

O fato é que sua cultura era muito ampla, como atestam seus escritos. Ele possuía conhecimentos profundos de História, de Literatura clássica e contemporânea, de Latim, de Mitologia, de Astronomia, de Teologia. Parecia dominar o idioma italiano e o francês, além do castelhano, no qual escreveu muitas peças. Era um renascentista, um humanista no sentido pleno do termo, não apenas se destacando como intelectual, mas também fisicamente se mostrando bravo e valente.

Viveu na Corte portuguesa, que na época não se limitava a Lisboa. No Portugal seiscentista, a Corte era onde estava o Rei, de modo que a Corte se deslocava, a capital do reino era itinerante. Na Corte, fez o que fez em toda a sua vida: serviu como militar e escreveu como poeta. “*Pera servir-vos, braço às armas feito / Pera cantar-vos, mente às Musas dada*” (X, 155) – escreveu em *Os Lusíadas*, dirigindo-se a D. Sebastião.

Levou vida aventureira e cheia de boemia, teve romances e amores mais ou menos passageiros, mas nunca chegou a casar. Afirma-se, embora no campo das meras suposições, que se teria apaixonado por uma infanta de Portugal, irmã do rei D. João III – num amor impossível, devido à diferença de condições. Envolveu-se em brigas, exilou-se por vontade própria de Portugal (ou se viu forçado a exilar-se, não se sabe ao certo). Foi lutar em Ceuta, no Marrocos português. Consta ter sido nessa época que, ferido em combate, perdeu um olho.



Retornou a Lisboa, novamente retomou a vida aventureosa e turbulenta, novamente se envolveu em rixas. Cometeu, então, falta considerada gravíssima: brigou com um criado do Paço durante a procissão de Corpus Christi, a festa do Corpo de Deus, uma das duas maiores celebrações litúrgicas oficiais e públicas do reino luso (a outra era, no terceiro domingo de Julho, a festa do Anjo Custódio do Reino, que por tradição se identificava com o Arcanjo São Miguel). Não somente brigou, mas feriu com a espada o tal criado, sendo preso por isso. O criado ofendido passou-lhe carta de perdão, pelo que Camões foi libertado, mas com a condição de ir servir a Coroa na Índia. A carta régia, de perdão, na qual se lê que Camões “*é um mancebo e pobre que me vai este ano servir à Índia*”, é um dos raríssimos documentos oficiais, sobre o poeta, que ainda existem.

A pena de degredo não era infamante, como supõem pessoas não familiarizadas com os usos e costumes do antigo Portugal, que acreditam piamente que o Brasil foi povoado por bandidos e criminosos enviados para cá pela Coroa lusa, porque os considerava indesejáveis e queria se ver livre deles... A pena de degredo tinha caráter disciplinador e se aplicava a pessoas de elevada condição sem nenhuma desonra para elas. Foram degredados, lembre-se, os dois maiores poetas da Língua Portuguesa, Camões e Bocage. Essa penalidade trazia, para o Reino, a vantagem suplementar de ajudar o povoamento de regiões distantes, nas quais se fazia necessária a presença de portugueses.

Mandado para o Oriente em 1553, Camões somente retornou a Portugal 17 anos depois. Quando partiu para a Índia, já tinha adquirido reputação como poeta lírico, especialmente com suas redondilhas e glosas muito apreciadas. Durante a viagem, pôde vivenciar pessoalmente toda a experiência de Vasco da Gama, que mais tarde cantaria em *Os Lusíadas*. Viu o Bojador, passou pelo Cabo das Tormentas, onde não lhe faltou nem mesmo a experiência de uma violenta tempestade em alto mar (tão violenta que nela naufragaram vários navios da frota em que viajava), que descreveria de modo muito vivo e realístico no canto VI do seu poema. A descrição pormenorizada e dramatizada de uma tempestade marítima faz parte necessária, aliás, de uma epopeia clássica, inspirada nos seus modelos básicos, que são a *Iliada* e a *Eneida*, modelo esse que Camões seguiu fielmente em *Os Lusíadas*. A tempestade simboliza e resume, metaforicamente e à maneira de parábola, todo o drama central da epopeia.

No Oriente, serviu como soldado em algumas expedições militares, confirmando a reputação que já possuía de valente e corajoso. Compôs duas ou três peças teatrais de cunho humorístico, redigiu na totalidade, ou pelo menos na sua maior parte, o seu monumental poema épico e ocupou um cargo público, atuando como “provedor-mor dos defuntos e ausentes” em Macau. Acusado de malversação dos recursos que devia gerir, foi aprisionado. Numa das viagens que fez, naufragou na costa da China. Salvou-se a nado, como ele próprio narrou, mas, a se acreditar na lenda, salvou-se com a consciência pesada, porque

precisou sacrificar sua namorada chinesa, que morreu afogada porque o poeta preferiu salvar o manuscrito do seu poema a salvar a amada...

Depois de longos e conturbados anos no Oriente, retornou, em 1570, a Portugal, onde publicou seu poema, dedicado ao jovem rei D. Sebastião, no qual o poeta – e, com ele, Portugal inteiro – depositava grandes esperanças. O poema é dedicado ao jovem rei, referido textualmente na dedicatória inicial e no epílogo.

O poema foi publicado em 1572. O Rei concedeu a Camões uma pensão, no valor de 15 mil réis anuais, a ser paga durante um triênio, podendo depois ser renovada. Embora habitualmente se afirme que era uma pensão muito reduzida, sabe-se, comparativamente com o rendimento de outras pessoas da época, que até seria uma pensão bastante razoável... se fosse paga com regularidade. Mas o pagamento não foi regular, o que teria feito Camões penar, nos últimos anos da vida, vitimado pela pobreza. Um escravo que trouxera do Oriente, de nome Jau, mendigaria nas ruas de Lisboa, segundo a tradição oral, para alimentar seu amo.

Em 1578, o desastre de Alcácer-Quibir, com a morte de D. Sebastião e a perspectiva próxima de Portugal passar a ser governado por um monarca estrangeiro (no caso, Filipe II, de Espanha), abalou profundamente a saúde já combatida do poeta. Ele teria afirmado, então, que amava tanto a sua pátria que não somente tinha retornado a ela para nela morrer, mas para morrer juntamente com ela.

De fato, após o breve reinado do Cardeal D. Henrique, em 1580 Filipe tornou-se rei de Portugal, dando início a um período de 60 anos em que as duas coroas ibéricas estiveram unidas sob um mesmo soberano, da Casa d'Áustria. Conta-se que, enquanto o velho cardeal-rei agonizava, a gente do povo cantava, junto ao paço, uns versinhos ofensivos: "*Viva el-rei D. Henrique / no inferno muitos anos. / pois deixou em testamento / Portugal aos castelhanos*". Somente em 1º de dezembro de 1640 o Reino luso teria sua independência restaurada, sob a dinastia de Bragança.

Camões morreu quase ao mesmo tempo que a independência de Portugal, a 10 de junho de 1580. Foi sepultado como pobre, sem qualquer destaque. Os ossos que jazem no magnífico mausoléu do Mosteiro dos Jerônimos, muito provavelmente não são os verdadeiros de Camões. São ossos de um homem qualquer, desconhecido, que simbolicamente representam o maior poeta da nação e da língua portuguesas. Ainda nesse particular, foi a legenda dourada e grandiosa que tomou o lugar da realidade prosaica.

Durante os 60 anos de união ibérica, Camões adquiriu um prestígio enorme, se bem que paradoxal. De um lado, o rei Filipe II de Espanha (e I de Portugal), que era filho de uma infanta portuguesa e falava muito bem nosso idioma, promoveu duas edições de *Os Lusíadas*, e atribuiu oficialmente a Camões o título de "Príncipe dos Poetas de Espanha". Com isso, não só procurava captar a benevolência de seus novos súditos, prestigiando o poeta máximo de Portugal, mas



também intentava, de certa forma, incorporar às glórias da Espanha as glórias da nação portuguesa. Na ótica filipina e castelhana, a incorporação de Portugal à Espanha era definitiva.

Mas, por outro lado, naqueles 60 anos, precisamente Camões serviu para a afirmação da língua portuguesa, diferente da castelhana e ciosa de conservar sua alteridade e sua independência. Aqui tocamos exatamente no tema que me foi proposto, ou seja, a importância de Camões para a afirmação da Língua Portuguesa.

Camões, com sua literatura, foi um marco divisor de enorme importância para que, naquelas seis décadas, Portugal não perdesse a noção muito clara de sua identidade nacional, de sua completa alteridade em relação a Castela. Sem Camões e sem *Os Lusíadas*, talvez o reino luso tivesse soçobrado no esquecimento de sua identidade, e desaparecido para sempre, reduzido à condição de mera província da grande Espanha...

O paradoxal é que Camões foi um poeta bilingue. Ele compôs a maior parte de sua obra em português e até determinou a incorporação, a esse idioma, de numerosos neologismos eruditos, derivados ou deduzidos do latim clássico; ele é, por isso, considerado a justo título um renovador e um fixador definitivo da língua portuguesa. Mas Camões também escreveu muitas poesias líricas em castelhano castiço, como era comum entre os grandes intelectuais e literatos lusos do século XVI (inclusive Gil Vicente e Sá de Miranda). Não estava de todo errado, pois, Filipe II ou I, quando o designou *Príncipe dos Poetas de Espanha*...

A obra lírica de Camões, muito volumosa, somente foi publicada postumamente, em 1595, sob o título *Rimas*. É obra valiosa que, de si, já teria porte suficiente para assegurar a seu autor um grande nome na Literatura, ainda que ele não tivesse escrito sua obra máxima, no gênero épico, a qual o consagraria como um dos maiores mestres da Literatura universal, traduzido para dezenas de idiomas e reconhecido no mundo inteiro. Quanto ao gênero teatral, também nele Camões escreveu algumas obras primorosas, na forma de autos. A mais conhecida é o *Auto de Filodemo*, representado pela primeira vez na Índia.

Muito sumariamente, essa é a vida de Camões, com seus elementos certos e incertos, documentados ou apenas chegados até nós por tradição oral mesclada de muitos elementos folclóricos.

Sua imagem é igualmente incerta. Ele teria sido retratado ainda em vida, por um pintor profissional, num famoso “retrato pintado a vermelho”, provavelmente para servir de base à ilustração de uma das edições de *Os Lusíadas*. Esse quadro já não existe, pois se perdeu num incêndio, mas dele ficou uma cópia fiel, efetuada no início do século XIX.

Esse retrato constituiu a base para todas as numerosas representações iconográficas ou escultóricas de Camões, em que ele é invariavelmente representado como um fidalgo renascentista, magro, de fronte alta e nariz aquilino, vestindo

seu gibão, com a gola engomada de praxe, com a coroa de louros da imortalidade e sempre, como marca registrada, com um olho fechado, precisamente o olho perdido nos combates africanos. Com ligeiras variantes, essa é a figura sempre evocada quando se fala em Luís de Camões. No imaginário popular, tal é a figura que calou fundo e se fixou.

Camões viveu numa época de transição, já em pleno Renascimento, mas num ambiente em que ainda estavam vivas, ou pelo menos ainda sobreviviam muitas características psicológicas e culturais da Idade Média. O renascentismo português (como também o espanhol) era, a esse título, bastante *sui generis*, diferenciando-se do francês e, sobretudo do italiano. Camões era um humanista e mostrava-se muito naturalista, sem embargo do que sua obra está repleta de traços esparsos, mas muito significativos, de espírito autenticamente medieval, tanto em seus aspectos guerreiros, heroicos e, poderíamos dizer um tanto impropriamente, feudais, quanto nos teológicos e místicos.

A nota cruzadística e missionária, por exemplo, característica constante da história de Portugal, especialmente no período da Dinastia de Avis, está sempre marcada em Camões. Em numerosas passagens de *Os Lusíadas* é bem consignada a finalidade religiosa da epopeia marítima.

A religiosidade católica, ortodoxa e até inserida no contexto da Contra-Reforma tridentina, está presente e difusa no poema, sem embargo da forte presença mitológica, que não impediu sua aprovação pelo censor eclesiástico do Santo Ofício, que interpretou aquilo como sendo apenas um recurso estilístico, e não uma profissão de fé pagã.

Essa coexistência de influências conflitantes, à maneira de vetores, é muito sensível em todo o poema, e mereceria ser mais esmiuçada aqui, se o espaço de que dispomos não fosse tão limitado.

Historicamente, o poeta também viveu numa época que foi de transição a outro título. Ele nasceu bem no início do reinado de D. João III, quando ainda estava muito vivo o triunfalismo dos tempos de seu pai, D. Manuel, o Venturoso (falecido em 1521). Pertenceu a uma geração que cresceu embalada pelos sonhos de glória, quando Portugal era uma potência de primeiríssima grandeza, depois de colhidos os frutos de um século de pacientes e laboriosas tentativas de domínio dos mares. Sua geração assistiu, durante o longo reinado de D. João III, a um lento declínio desses sonhos de grandeza, com a nação cada vez mais se ressentindo do esforço hercúleo que fizera e continuava fazendo. O jovem rei D. Sebastião representou, para essa geração, a esperança de uma indispensável renovação, da qual Portugal teria saído ainda maior e mais fortalecido, não fosse o desastre de Alcácer-Quibir. A mesma geração assistiu à *débâcle* e ao “*finis patriae*”, ao triste ocaso de um grande ideal. Foi, pois, a geração que presenciou a grande transição, da glória mais elevada para a humilhação mais completa.

Uma passagem bem conhecida do poema é a do Velho do Restelo, um an-



cião “*de aspeito venerando / que ficava na praia entre a gente*” e “*três vezes a cabeça meneando / que nós no mar ouvimos claramente / com um saber só de experiências feito / tais palavras tirou do esperto peito*”.

Na fala desse Velho do Restelo (Canto IV, Estâncias 94 a 104), personagem sombrio e enigmático que assistiu à partida da frota de Vasco da Gama fazendo sombrios augúrios para o futuro, Camões soube exprimir com genialidade os sentimentos da parcela da nação lusa que não estava de acordo com as Navegações, nelas vendo apenas “... *vã cobiça / Desta vaidade a que chamamos Fama*”, “*sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos e de impérios*”. “*Chamam-te Fama e Glória soberana, / Nomes com quem se o povo néscio engana. / A que novos desastres determinas / De levar estes Reinos e esta gente? / Que perigos, que mortes lhe destinas, / Debaixo dalgum nome preminente? / Que promessas de reinos e de minas / De ouro, que lhe farás tão facilmente? / Que famas lhe prometerás? Que histórias? / Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?*”. E, depois de lembrar que o inimigo ismaelita estava tão próximo, no norte da África, censura à Fama a imprudência de lançar Portugal oceano afora: “*Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovo o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe! / Buscas o incerto e incógnito perigo / Por que a fama te exalte e te lisonje / Chamando-te senhor, com larga cópia, / Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia!*”

A longa fala do ancião é uma crítica cerrada à aventura das navegações, que ele considera imprudente e pouco assisada. É um discurso extenso, concatenado e coerente, constituindo o contraponto de toda a epopeia, a negação de todo o heroísmo cantado e decantado ao longo dos dez cantos do poema.

Qual o sentido desse contraponto, tão destoante de todo o resto?

Segundo alguns camonistas, a fala do Velho do Restelo poderia constituir a chave para a interpretação de todo o poema. De fato, não fica inteiramente claro para que lado propendia o próprio Camões, se para o ideal dos navegadores, que ele cantou com todo o ardor, se para a voz do securitarismo e do senso comum (é de propósito que não falo em bom senso, já que em português são bem distintos os conceitos de senso comum e de bom senso...). Em última análise, seria o Velho do Restelo o *alter ego* de Camões, que pôs em sua boa o mais recôndito de seu pensamento, ou pelo menos o mais inconfessado dos seus temores? Ou seria uma figura caricata, que o próprio Camões quis deixar registrada para ser rejeitada e escarnecida pelos seus leitores? Esse é um mistério que somente Camões poderia nos esclarecer... É um dos inúmeros mistérios da História que somente no dia do Juízo Universal poderemos ver decifrado.

Vejo que, arrastado pelo interesse dessas questões, deixei-me levar por elas e fugi um tanto ao roteiro desta exposição.

Retornemos ao nosso roteiro e falemos, rapidamente, das características formais e estruturais de *Os Lusíadas*.

O poema, dividido em 10 cantos, tem um total de 1102 estrofes, oitavas rimadas no esquema clássico de ab, ab, ab, cc – ou seja, o primeiro, o terceiro e o quinto versos rimando entre si, e alternadamente, também rimando entre si, o segundo, o quarto e o sexto versos; e, por fim, fechando a oitava, o sétimo e o oitavo também rimados entre si.

Na imensa maioria, são versos heroicos, com acentuação na 2^a. ou 3^a., na 6^a. e na 10^a. sílabas; excepcionalmente, encontram-se no poema alguns poucos versos sáficos, decassílabos com acentuação na 4^a. e na 8^a. sílabas. Essa intercalação de alguns sáficos num poema composto por heroicos tempera agradavelmente a homogeneidade rítmica, impedindo que se transforme em monotonia.

À maneira das epopeias clássicas, o poema se inicia com a proposição do assunto, expressa nas três primeiras estrofes do canto I:

As armas e os Barões assinalados
 Que da Ocidental praia Lusitana
 Por mares nunca de antes navegados
 Passaram ainda além da Taprobana,
 Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
 Daqueles Reis que foram dilatando
 A Fé, o Império, e as terras viciosas
 De África e de Ásia andaram devastando,
 E aqueles que por obras valerosas
 Se vão da lei da Morte libertando,
 Cantando espalharei por toda parte,
 Se a tanto me ajudar o engenho e arte.*

* Note-se que, nesta estrofe, Camões utiliza seguidamente quatro verbos no gerúndio. Os gerúndios são muito frequentes na poesia camoniana, o que demonstra, como salientava o Prof. Gladstone Chaves de Melo, que o português falado no Portugal seiscentista utilizava o gerúndio muito mais do que hoje. No Brasil, conservou-se mais o costume da ampla utilização dos gerúndios, enquanto em Portugal se firmou, nos últimos séculos, a tendência de substituir, nas orações modais, os gerúndios pela forma infinitiva dos verbos, precedida da preposição *a*: *a libertar* em lugar de *libertando*, *a cantar* ao invés de *cantando* etc. Nesse sentido, a evolução do português falado em Portugal se afastou mais do modelo seiscentista de Camões do que no Brasil. O mesmo erudito professor destacava ainda que, no português de Portugal, nos últimos séculos, acentuou-se a tendência para que muitas sílabas breves sejam pronunciadas tão



Cessem do sábio Grego e do Troiano
 As navegações grandes que fizeram;
 Cale-se de Alexandro e de Trajano
 A fama das vitórias que tiveram;
 Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
 A quem Neptuno e Marte obedeceram.
 Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
 Que outro valor mais alto se alevanta.

Note-se, já no primeiro verso da primeira estrofe, a claríssima inspiração virgiliana, quase uma repetição da *Eneida*, que se inicia com as palavras “*Arma virumque cano*” (canto as armas e o varão).

Vêm, depois, nas duas estrofes seguintes, a invocação das Tágides, as ninfas do rio Tejo, instadas a ajudar o poeta e a lhe proporcionar inspiração para seu canto.

A seguir, ainda dentro do esquema tradicional dos poemas épicos clássicos, vem a dedicatória, ao Rei D. Sebastião, ao qual é oferecido o poema. São doze estrofes, de números 6 a 18, dirigidas ao monarca, de quem se esperava fosse um guerreiro vitorioso contra as hostes maometanas que então ameaçavam a Cristandade europeia:

... Vós, poderoso Rei, cujo alto Império
 O Sol, logo em nascendo, vê primeiro,
 Vê-o também no meio do Hemisfério,
 E quando desce o deixa derradeiro;
 Vós, que esperamos jugo e vitupério
 Do torpe Ismaelita cavaleiro,
 Do Turco Oriental e do Gentio
 Que inda bebe o licor do santo Rio: (I, 8)

Logo a seguir, tem início a trama da epopeia, com a narrativa da viagem de Vasco da Gama, interrompida a certa altura quando, à maneira de um moderno *flashback*, é introduzido um longo relato de Vasco da Gama, recordando toda a história gloriosa de Portugal. Outros episódios também intercorrem, introduzindo no poema uma nota de variedade muito agradável ao leitor. Por exemplo, a descrição do concílio dos deuses no Olimpo, debatendo entre si sobre se de-

rapidamente que quase desaparecem: “As armas e os b’rões assinalados” – tende a ler um português de hoje, reduzindo o verso de 10 para 9 sílabas. No Brasil não se verificou essa mesma abreviação dos tempos silábicos, o que faz com que, em algumas passagens, um brasileiro leia os versos de *Os Lusíadas* com ritmo mais correto do que o faz um português.

veriam ou não ajudar os portugueses em sua navegação (I, 20-41); o episódio dramático do gigante Adamastor (V, 41-59), a descrição igualmente dramática da tempestade, a que já aludi (VI, 70-84); o episódio dos Doze de Inglaterra (VI, 43-69) e muitos mais.

O poema, muito constante e regular na forma, é cheio de variações que o tornam extremamente agradável de ser lido.

Há nele exemplos muito variados de estilos. Há elementos descritivos bem caracterizados, por exemplo, no relato de batalhas, como na de Aljubarrota, de uma vivacidade extraordinária, em que o leitor tem a nítida impressão de estar assistindo a um filme, tal a força expressiva do poema:

Deu sinal a trombeta Castelhana,
Horrendo, fero, ingente e temeroso;
Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.
Ouviu[-o] o Douro e a terra Transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso;
E as mães, que o som terrível escuitaram,
Aos peitos os filhinhos apertaram.

Quantos rostos ali se veem sem cor,
Que ao coração acode o sangue amigo!
Que, nos perigos grandes, o temor
É maior muitas vezes que o perigo.
E se o não é, parece-o; que o furor
De ofender ou vencer o duro imigo
Faz não sentir que é perda grande e rara
Dos membros corporais, da vida cara.

Começa-se a travar a incerta guerra:
De ambas partes se move a primeira ala;
Uns leva a defesa da própria terra,
Outros as esperanças de ganhá-la.
Logo o grande Pereira, em quem se encerra
Todo o valor, primeiro se assinala:
Derriba e encontra e a terra enfim semeia
Dos que a tanto desejam, sendo alheia.

Já pelo espesso ar os estridentes
Farpões, setas e vários tiros voam;
Debaxo dos pés duros dos ardentes

veriam ou não ajudar os portugueses em sua navegação (I, 20-41); o episódio dramático do gigante Adamastor (V, 41-59), a descrição igualmente dramática da tempestade, a que já aludi (VI, 70-84); o episódio dos Doze de Inglaterra (VI, 43-69) e muitos mais.

O poema, muito constante e regular na forma, é cheio de variações que o tornam extremamente agradável de ser lido.

Há nele exemplos muito variados de estilos. Há elementos descritivos bem caracterizados, por exemplo, no relato de batalhas, como na de Aljubarrota, de uma vivacidade extraordinária, em que o leitor tem a nítida impressão de estar assistindo a um filme, tal a força expressiva do poema:

Deu sinal a trombeta Castelhana,
Horrendo, fero, ingente e temeroso;
Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.
Ouviu[-o] o Douro e a terra Transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso;
E as mães, que o som terrível escuitaram,
Aos peitos os filhinhos apertaram.

Quantos rostos ali se veem sem cor,
Que ao coração acode o sangue amigo!
Que, nos perigos grandes, o temor
É maior muitas vezes que o perigo.
E se o não é, parece-o; que o furor
De ofender ou vencer o duro imigo
Faz não sentir que é perda grande e rara
Dos membros corporais, da vida cara.

Começa-se a travar a incerta guerra:
De ambas partes se move a primeira ala;
Uns leva a defesa da própria terra,
Outros as esperanças de ganhá-la.
Logo o grande Pereira, em quem se encerra
Todo o valor, primeiro se assinala:
Derriba e encontra e a terra enfim semeia
Dos que a tanto desejam, sendo alheia.

Já pelo espesso ar os estridentes
Farpões, setas e vários tiros voam;
Debaxo dos pés duros dos ardentes



Cavalos treme a terra, os vales soam.
 Espedaçam-se as lanças, e as frequentes
 Quedas co as duras armas tudo atroam.
 Recrecem os imigos sobre a pouca
 Gente do fero Nuno, que os apouca. (IV, 28-31)

Há trechos de lirismo comovedor, como, no final do canto III, o episódio de Inês de Castro, “*a mísera e mesquinha / que depois de morta foi rainha*”. Principia com os célebres versos:

Estavas, linda Inês, posta em sossego,
 De teus anos colhendo doce fruto,
 Naquele engano da alma, ledó e cego,
 Que a Fortuna não deixa durar muito,
 Nos saudosos campos do Mondego,
 De teus fermosos olhos nunca enxuító,
 Aos montes ensinando e às ervinhas
 O nome que no peito escrito tinhas. (III, 120)

Há passagens que se destacam pela ironia (por exemplo: quando fala que “*a terra enfim semeia / dos que a tanto desejam, sendo alheia*” ou “*Depois do duro Pedro nasce o brandó / vede da natureza o desconcerto / remisso e sem cuidado algum Fernando / que todo o reino pôs em grande aperto*”) e uma, pelo menos, em que o senso de humor é bem marcado, com o episódio de Veloso, no início do canto V. Esse Veloso era um português muito convencido, ao que parece, de sua valentia, muito seguro de si e um tanto fanfarrão. A certa altura, desceu de sua canoa junto à costa africana e afoitamente se pôs a subir um outeiro, mas, estando envolvido pela vegetação, não via que, no alto do mesmo outeiro, estava um grande número de negros com ares hostis. Os companheiros de Veloso, que estavam avistando perfeitamente o alto da colina, em altos brados, tentavam advertir Veloso do perigo, mas o valentão não ligava, pensando tratar-se de brincadeira dos amigos. Quando chegou ao alto da colina, porém, e se viu diante de tantos homens hostis, deu-se conta do perigo em que estava e desembalou em carreira até à praia, onde conseguiu embarcar na canoa, em meio a uma chuva de flechas... Veloso, descendo a colina, “*... ao mar caminha, / Mais apressado do que fora, vinha*”, ironiza o poema. E continua:

Disse então a Veloso um companheiro
 (Começando-se todos a sorrir):
 – “Oulá, Veloso amigo! Aquele outeiro
 É melhor de decer que de subir!”

– “Si, é (responde o ousado aventureiro);
Mas, quando eu pera cá vi tantos vir
Daqueles cães, depressa um pouco vim,
Por me lembrar que estáveis cá sem mim. (V, 35)

No Canto VII, estrofes 3 a 14, o poeta faz uma análise da Europa de seu tempo, criticando os vários povos esquecidos da fé e do espírito de cruzada, ainda dominante em Portugal. Do ponto de vista político e ideológico – digamos assim – é a passagem mais densa do poema, pois contextualiza o reino português no conjunto da Europa de seu tempo. É também um dos trechos em que os lados medievais – podemos dizer – de Camões mais afloram:

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,
A lei da vida eterna dilatais:
Assi do Céu deitadas são as sortes
Que vós, por muito poucos que sejais,
Muito façais na santa Cristandade.
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!

Vede'los Alemães, soberbo gado,
Que por tão largos campos se apacenta;
Do sucessor de Pedro rebelado,
Novo pastor e nova seita inventa;
Vede'lo em feias guerras ocupado,
Que inda co cego error se não contenta,
Não contra o superbíssimo Otomano,
Mas por sair do jugo soberano.

Vede'lo duro Inglês, que se nomeia
Rei da velha e santíssima Cidade,
Que o torpe Ismaelita senhoreia
(Quem viu honra tão longe da verdade?),
Entre as Boreais neves se recreia,
Nova maneira faz de Cristandade:
Pera os de Cristo tem a espada nua,
Não por tomar a terra que era sua.

Guarda-lhe, por entanto, um falso Rei
A cidade Hierosólíma terrestre,



Enquanto ele não guarda a santa Lei
Da cidade Hierosólíma celeste.
Pois de ti, Galo indino, que direi?
Que o nome “Cristianíssimo” quiseste,
Não pera defendê-lo nem guardá-lo,
Mas pera ser contra ele e derribá-lo!*

Achas que tens direito em senhorios
De Cristãos, sendo o teu tão largo e tanto,
E não contra o Cinífio e Nilo rios,
Inimigos do antigo nome santo?
Ali se hão-de provar da espada os fios
Em quem quer reprovar da Igreja o canto.
De Carlos, de Luís**, o nome e a terra
Herdaste, e as causas não da justa guerra?

Pois que direi daqueles que em delícias,
Que o vil ócio no mundo traz consigo,
Gastam as vidas, logram as divícias,
Esquecidos do seu valor antigo?
Nascem da tirania inimicícias,
Que o povo forte tem, de si inimigo.
Contigo, Itália, falo, já sumersa
Em vícios mil, e de ti mesma adversa.

Ó míseros Cristãos, pola ventura
Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,
Que uns aos outros se dão à morte dura,
Sendo todos de um ventre produzidos?***
Não vedes a divina Sepultura
Possuída de Cães, que, sempre unidos,
Vos vêm tomar a vossa antiga terra,
Fazendo-se famosos pela guerra?

* Alusão a Francisco I, rei da França, que se aliou aos turcos contra príncipes cristãos.

** Alusão a Carlos Magno e ao rei São Luís IX.

*** Cadmo: personagem mitológico que matou um dragão e espalhou seus dentes, que se transformaram em guerreiros que imediatamente se puseram a combater entre si até o extermínio.

Vedes que têm por uso e por decreto,
Do qual são tão inteiros observantes,
Ajuntarem o exército inquieto
Contra os povos que são de Cristo amantes;
Entre vós nunca deixa a fera Aleto
De semear cizânias repugnantes.
Olhai se estais seguros de perigos,
Que eles, e vós, sois vossos inimigos.

Se cobiça de grandes senhorios
Vos faz ir conquistar terras alheias,
Não vedes que Pactolo e Hermo rios
Ambos volvem auríferas areias?
Em Lídia, Assíria, lavram de ouro os fios;
África esconde em si luzentes veias;
Mova-vos já, sequer, riqueza tanta,
Pois mover-vos não pode a Casa Santa.

Aquelas invenções, feras e novas,
De instrumentos mortais da artelharía
Já devem de fazer as duras provas
Nos muros de Bizâncio e de Turquia.
Fazei que torne lá às silvestres covas
Dos Cáspios montes e da Cítia fria
A Turca geração, que multiplica
Na polícia da vossa Europa rica.

Gregos, Traces, Arménios, Georgianos,
Bradando vos estão que o povo bruto
Lhe obriga os caros filhos aos profanos
Preceptos do Alcorão (duro tributo!).
Em castigar os feitos inumanos
Vos gloriái de peito forte e astuto,
E não queirais louvores arrogantes
De serdes contra os vossos mui possantes.

Mas, entanto que cegos e sedentos
Andais de vosso sangue, ó gente insana,
Não faltarão Cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa Lusitana:
De África tem marítimos assentos;



É na Ásia mais que todas soberana;
 Na quarta parte nova os campos ara;
 E, se mais mundo houvera, lá chegara.

O penúltimo dos versos que acabei de ler (“*Na quarta parte nova os campos ara*”) refere-se ao Brasil. A “quarta parte nova” é a América. Os Campos de Piratininga, nos quais estava, naquele momento, nascendo a futura cidade de São Paulo e bem no centro dos quais aqui estamos nós, em 2016, foram também cantados na epopeia camoniana...

Encontram-se ainda, no poema, duas passagens eróticas muito vivas, uma delas descrevendo o corpo da deusa Vênus com pormenores anatômicos que, mesmo em nossos dias, impressionam; e outra com o extenso episódio da Ilha dos Amores, no canto IX (52-89), com descrições tão realísticas que, nas edições escolares antigas, esse episódio era censurado “*ad usum Delphini*”.

Há também, ao longo do poema, numerosos versos que, pela sua concisão e conteúdo de fundo moral, se transformaram em verdadeiros ditados, repetidos por muita gente que nem mesmo sabe que sua origem está em *Os Lusíadas*. De memória, cito apenas três: “*O fraco rei faz fraca a forte gente*”; “*inimiga não há, tão dura e fera, / Como a virtude falsa, da sincera*” e “*Sempre por via irá direita / quem do oportuno tempo se aproveita*”.

O poema se encerra, no Canto X, com o poeta lamentando que seu cantar não encontra, entre os seus contemporâneos, a receptividade que deveria encontrar:

Não mais, Musa, não mais, que a Lira tenho
 Destemperada e a voz enrouquecida,
 E não do canto, mas de ver que venho
 Cantar a gente surda e endurecida.
 O favor com que mais se acende o engenho
 Não no dá a pátria, não, que está metida
 No gosto da cobiça e na rudeza
 Dũa austera, apagada e vil tristeza. (X, 145)*

Segue-se, fechando o poema, um epílogo, dirigido ao Rei D. Sebastião, ao qual o poeta se permite dar alguns conselhos**:

* Notar, nesta estrofe, que são sáficos os versos 3 e 6.

** Esses conselhos eram explicáveis e não constituíam desrespeito, dada a grande diferença de idades entre o poeta e o jovem rei; eles contêm uma queixa implícita contra o modo de reis anteriores tratarem os seus homens e manifestam a esperança de que D. Sebastião não cometa o mesmo erro dos seus antecessores.

Por isso vós, ó Rei, que por divino
Conselho estais no régio s^olio posto,
Olhai que sois (e vede as outras gentes)
Senhor só de vassalos excelentes.

Olhai que ledos vão, por várias vias,
Quais rompentes liões e bravos touros,
Dando os corpos a fomes e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de Idolatras e de Mouros*,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a pexes, ao profundo.

Por vos servir, a tudo aparelhados;
De vós tão longe, sempre obedientes;
A quaisquer vossos ásperos mandados,
Sem dar reposta, prontos e contentes.
Só com saber que são de vós olhados**,
Demónios infernais, negros e ardentes,
Cometerão convosco, e não duvido
Que vencedor vos façam, não vencido.

Favorecei-os logo, e alegrai-os
Com a presença e leda humanidade;
De rigorosas leis desalivai-os,
Que assi se abre o caminho à santidade.
Os mais experimentados levantai-os,
Se, com a experiência, têm bondade
Pera vosso conselho, pois que sabem
O como, o quando, e onde as cousas cabem.

Todos favorecei em seus ofícios,
Segundo têm das vidas o talento;

* Notar que o substantivo idolatras é paroxítono e não proparoxítono, para que não fique quebrado o pé do verso heroico, com acentuação tônica na 6^a. sílaba. Essa estrofe costumava estar presente nos antigos exames orais de Literatura. O aluno devia lê-la em voz alta; se tinha ouvido bem apurado no ritmo dos versos, lia "idolátras" e recebia nota mais alta; se lesse "idólatras" quebrava o pé do verso e recebia ponto negativo.

** Verso sáfico.



Tenham Religiosos exercícios
De rogarem, por vosso regimento,
Com jejuns, disciplina, pelos vícios
Comuns; toda ambição terão por vento,
Que o bom Religioso verdadeiro
Glória vã não pretende nem dinheiro.

Os Cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não somente a Lei de cima,
Mas inda vosso Império preminente.
Pois aqueles que a tão remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dous inimigos vencem: uns, os vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Possam dizer que são pera mandados,
Mais que pera mandar, os Portugueses.
Tomai conselho só d' experimentados,
Que viram largos anos, largos meses,
Que, posto que em cientes muito cabe,
Mais em particular o experto sabe.

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Anibal escarnecia*,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante**
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.***

* O nome Anibal deve ser pronunciado como oxítono, para que não fique quebrado o pé do verso heroico.

** Verso sáfico.

*** Estes últimos quatro versos são bem conhecidos de todos os oficiais do Exército brasileiro, pois foram reproduzidos na entrada da Academia Militar de Agulhas Negras-AMAN. Notar que somente nos dois últimos versos, Camões utiliza nada menos que seis gerúndios.



Tenham Religiosos exercícios
De rogarem, por vosso regimento,
Com jejuns, disciplina, pelos vícios
Comuns; toda ambição terão por vento,
Que o bom Religioso verdadeiro
Glória vã não pretende nem dinheiro.

Os Cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não somente a Lei de cima,
Mas inda vosso Império preminente.
Pois aqueles que a tão remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dous inimigos vencem: uns, os vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Possam dizer que são pera mandados,
Mais que pera mandar, os Portugueses.
Tomai conselho só d' experimentados,
Que viram largos anos, largos meses,
Que, posto que em cientes muito cabe,
Mais em particular o experto sabe.

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Anibal escarnecia*,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante**
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.***

* O nome Anibal deve ser pronunciado como oxítono, para que não fique quebrado o pé do verso heroico.

** Verso sáfico.

*** Estes últimos quatro versos são bem conhecidos de todos os oficiais do Exército brasileiro, pois foram reproduzidos na entrada da Academia Militar de Agulhas Negras-AMAN. Notar que somente nos dois últimos versos, Camões utiliza nada menos que seis gerúndios.

O poema prossegue... Fiquemos por aqui, que já passamos de todos os limites do tempo. Muito mais haveria a dizer, mas fica para outra ocasião.

Camões foi, sem a menor sombra de dúvida, o maior expoente da língua portuguesa e contribuiu poderosamente para sua afirmação, assim como contribuiu para a afirmação da nacionalidade portuguesa e, por extensão, da brasileira. Papel análogo representou Dante, para o italiano moderno, Shakespeare para o inglês, Cervantes para o castelhano. Embora autores antigos e quase arcaicos, os quatro continuam sendo, e nunca deixarão de ser, referenciais para todos os estudiosos de seus idiomas.

Esse o imenso valor das obras clássicas, sempre atuais porque nunca envelhecem. Sempre revelam aspectos novos, a cada releitura.

Concluo esta apresentação com um comentário bastante pessoal, acerca de Camões. Nossa tendência é imaginá-lo como um super-homem, sem sentimentos pessoais, quase maneira de um semideus homérico. Não! Ele era homem, tinha as limitações, as fraquezas, os receios, as incertezas, as tentações de desespero de todo homem. Podemos, então, imaginar Camões deprimido, desanimado, morrendo na miséria, sentindo que seu imenso valor não tinha sido devidamente apreciado, sentindo que o Império, pelo qual ele e, antes dele tantos outros, haviam lutado e sacrificado suas vidas, estava desaparecendo, sentindo que juntamente com ele, também Portugal estava morrendo. Nesse momento de depressão, aos olhos de um Camões quase à beira da sepultura, a vida que vivera lhe parecia um fracasso, sua pátria, um sonho e a epopeia que escrevera, um delírio. Não podia imaginar que sua obra se prolongaria *post mortem*, e que ele realizaria depois de morto, pela irradiação do seu poema épico, incomparavelmente mais do que fizera em vida. Portugal não morreria com ele, mas reviveria porque a obra dele lhe daria forças para tal.